

Demonstrações Financeiras

Veredas Transmissora de Eletricidade S.A.

31 de dezembro de 2020
com Relatório do Auditor Independente

Relatório Anual da Administração

Aos Acionistas,

A Administração da Companhia, **Veredas Transmissora de Eletricidade S.A.**, em atendimento às disposições legais e estatutárias pertinentes, apresenta o relatório da administração e as demonstrações financeiras relativo ao exercício de 2020 acompanhada do relatório dos auditores independentes. Toda a documentação relativa às contas ora apresentadas está à disposição dos senhores acionistas, a quem a Diretoria terá o prazer de prestar esclarecimentos adicionais que se façam necessários.

1.1 Histórico

A **Veredas Transmissora de Eletricidade S.A.** é uma sociedade anônima de capital fechado, constituída em 02 de dezembro de 2015 e está estabelecida na Avenida Presidente Wilson, 231, Sala 1703 - Centro - 20.030-021 - Rio de Janeiro - RJ. Sua base acionária é composta pela Cymi Construções e Participações S.A. (50%) e o Brasil Energia Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia (50%). A Companhia tem por objeto social a construção, projeto, implantação, operação, manutenção e exploração, de instalações de transmissão de energia elétrica da rede básica do Sistema Interligado Nacional e de mais instalações necessárias às funções de medição, supervisão, proteção, comando, controle telecomunicação, administração, apoio e demais serviços complementares necessários à transmissão de energia elétrica. Essa atividade é regulamentada pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), vinculada ao Ministério de Minas e Energia (MME).

1.2 Práticas e Regulamentações

As demonstrações financeiras foram preparadas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade ("CFC") e das normas emitidas pela Agência Nacional de Energia Elétrica - (ANEEL), vinculada ao Ministério de Minas e Energia (MME).

1.3 Estrutura Societária



2 Ambiente Econômico

O ano de 2020 foi um ano de grandes desafios para economia global advindos de efeitos da Covid-19, na qual foi declarada pela Organização Mundial da Saúde (OMS) em 11 de março de 2020, que se tratava de uma pandemia. De forma geral as medidas de isolamento social decorrentes dessa pandemia afetaram o ambiente econômico global. Contudo, apesar das adversidades trazidas pela crise, a Companhia, enquadrada por portaria da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) e decreto 10.291 de 25 de março de 2020 como atividade essencial, foi capaz de manter suas atividades em pleno funcionamento com toda segurança requerida pelas medidas, assim reforçando o compromisso com seus planejamentos de entregas e crescimento contínuo, bem como cumprimento de seus planos estruturais, orçamento e disciplina financeira.

Com a pandemia, o cenário global sofreu mudanças drásticas. Em meados de 2020, o mercado já projetava uma recessão na economia brasileira entre 7,5% e 8,0% para 2020, contudo, ao final do ano a expectativa do Focus do Banco Central já era de retração de 4,4%. Na parte cambial, o dólar fechou 2020 em alta acumulada de 29,3% em relação a 2019, cotado a R\$5,189, sendo o real uma das moedas que mais desvalorizou nesse período.

No tocante à inflação, segundo o IBGE, o IPCA (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo) encerrou o ano 2020 em 4,52% (4,31% em 2019). Com relação ao IGP-M (Índice Geral de Preços ao Mercado) bateu a marca dos 23,14% em 2020, segundo a Fundação Getúlio Vargas, ficando em um patamar bem mais alto do que os 7,54% registrados no ano anterior. A Taxa Selic finalizou 2020 em 2% a.a. (4,50% a.a. registrado no final de 2019), seguindo a trajetória de queda que vem ocorrendo desde 2015, e registrou o menor patamar histórico.

De acordo com a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE), houve uma redução de geração e consumo de energia elétrica de 1,5% em relação ao ano de 2019, entretanto, segundo especialistas da CCEE foi considerado um dado animador tendo em vista que a expectativa era de 5% a 6% abaixo de 2019. Destaca-se que o consumo de energia segue dando sinais de recuperação.

Vale também destacar que as autoridades governamentais brasileiras implementaram uma série de medidas para fazer frente aos efeitos econômicos colaterais impostos pela atual pandemia com destaque para: PIS e Confins e INSS-Contribuição Patronal - os valores devidos das competências de março a maio de 2020 foram diferidos para recolhimento em agosto, outubro e novembro de 2020, respectivamente; FGTS - o recolhimento das competências de março a maio foi diferido em seis parcelas iguais a pagar de julho a dezembro de 2020; Sistema S - redução de 50% da alíquota para as competências de abril a junho de 2020; e IOF Crédito – redução de 3% para zero nas operações realizadas entre abril e novembro e 2ª quinzena de dezembro de 2020.

3 Ambiente Regulatório

No que diz respeito ao ambiente regulatório, especificamente para o segmento de transmissão, é importante destacar que a receita do setor de transmissão no Brasil tem origem nos leilões de transmissão promovidos pelo Ministério de Minas e Energia, por meio da Agência Reguladora (ANEEL) e tem um marco regulatório completo e consistente, o que garante que as transmissoras tenham mecanismos de revisões e reajustes tarifários periódicos, operacionalizados pela própria ANEEL (anualmente pela variação do Índice de Preços para o Consumidor Amplo-IPCA e nas revisões periódicas a cada 5 (cinco) anos das receitas aprovadas). Nesse contexto, a Companhia espera manter estável a geração de caixa e margem positiva de suas operações. O segmento de transmissão de energia tem risco baixo no setor, pois o recebimento de sua receita é baseado na disponibilidade de ativos.

A indústria da energia elétrica está passando por profundas transformações no Brasil e no mundo. Novas soluções tecnológicas surgem a cada dia e temos cada vez mais a necessidade de inserção da energia renovável, com presença crescente na matriz energética brasileira.

De acordo com a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE), houve uma redução de geração e consumo de energia elétrica de 1,5% em relação ao ano de 2019, entretanto, segundo especialistas da CCEE foi considerado um dado animador tendo em vista que a expectativa era de 5% a 6% abaixo de 2019. Destaca-se que o consumo de energia segue dando sinais de recuperação.

4 Desempenho Operacional

Em 31 de dezembro de 2020 a Companhia encontrava-se em fase de construção do empreendimento que por sua vez estava integralmente em fase pré-operacional. Conforme divulgado em nota explicativa de eventos subsequentes da presente demonstração financeira a Companhia entrou integralmente em operação em 3 de março de 2021.

A Companhia é composta pelos ativos abaixo:

- LT 500 kV Rio da Éguas - Arinos 2;
- LT 500 kV Arinos 2 - Pirapora 2;
- SE 500 kV Arinos 2

5 Desempenho Econômico-Financeiro

O desempenho econômico-financeiro, bem como o resultado das operações encontram-se apresentados nas demonstrações financeiras e respectivas notas explicativas.

6 Governança corporativa

A cada ano a Companhia vem aperfeiçoando seu sistema de gestão, buscando as melhores práticas de governança corporativa, atuando com ética e respeito para com seus acionistas e demais partes interessadas. Para o ano de 2020 destacamos a continuidade do aperfeiçoamento/*upgrade* de nosso sistema ERP. Nosso objetivo é buscar cada vez mais transparência nas informações e o alinhamento de todas as equipes de forma a garantir total sintonia com os propósitos do Grupo.

A alta Administração da Companhia é assessorada pelos Acionistas Controladores e pelo Conselho de Administração, que de acordo com o seu Estatuto Social, deve ser composto por 8 (oito) membros, sendo 4 (quatro) membros efetivos e 4 (quatro) membros suplentes, que se reúnem a cada 3 (três) meses.

7 Responsabilidade ambiental e social

A Companhia opera em conformidade com a legislação brasileira, atendendo a todos os requisitos de meio ambiente e exigências de saúde, higiene, segurança e medicina do trabalho. São desenvolvidos programas ambientais visando mitigar e compensar os impactos ao meio ambiente. E, ressaltamos que após declaração, em 11 de março de 2020, da Organização Mundial da Saúde (OMS) de que o coronavírus (COVID-19) foi considerado uma pandemia, a Administração vem adotando todas as medidas preventivas legais para a proteção, segurança e saúde de todos seus colaboradores e *stakeholders* em linha com as ações preventivas difundidas globalmente.

8 Auditores Independentes

Em conformidade com a Instrução CVM nº 381, de 14 de janeiro de 2003, a Companhia declara que mantém contrato com a Ernst & Young Auditores Independentes (“EY”), com vigência até emissão deste relatório. Os serviços de auditoria relacionados contemplam a auditoria das Demonstrações Financeiras. A política de atuação da Companhia quanto à contratação de serviços de auditoria externa se fundamenta nos princípios que preservam a independência do auditor e consistem em: (a) o auditor não deve auditar seu próprio trabalho, (b) o auditor não deve exercer funções gerenciais na Companhia e (c) o auditor não deve promover os interesses da Companhia.

9 Agradecimentos

Finalmente, deixamos consignados nossos agradecimentos aos acionistas, colaboradores, parceiros, seguradoras, usuários, agentes financeiros e do setor elétrico, e a todos que direta ou indiretamente colaboraram para o êxito das atividades da Companhia.

A Administração.

Veredas Transmissora de Eletricidade S.A.

Demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2020

Índice

| | |
|---|---|
| Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras..... | 1 |
| Demonstrações financeiras auditadas | |
| Balanço patrimonial | 4 |
| Demonstração do resultado | 5 |
| Demonstração do resultado abrangente | 6 |
| Demonstração das mutações do patrimônio líquido..... | 7 |
| Demonstração do fluxo de caixa..... | 8 |
| Notas explicativas às demonstrações financeiras | 9 |

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos
Administradores e acionistas da
Veredas Transmissora de Eletricidade S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Veredas Transmissora de Eletricidade S.A. (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Veredas Transmissora de Eletricidade S.A. em 31 de dezembro de 2020, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outros assuntos

Demonstrações contábeis do exercício anterior examinadas por outro auditor independente

O exame das demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019, preparadas originalmente antes dos ajustes decorrentes descritos na nota 3.2, foi conduzido sob a responsabilidade de outro auditor independente que emitiu relatório de auditoria sem modificação, com data de 14 de abril de 2020. Como parte de nossos exames das demonstrações financeiras de 2020, examinamos também os ajustes descritos na nota explicativa 3.2 que foram efetuados para alterar os valores correspondentes relativos às demonstrações financeiras de 2020. Em nossa opinião, tais ajustes são apropriados e foram corretamente efetuados. Não fomos contratados para auditar, revisar ou aplicar quaisquer outros procedimentos sobre as demonstrações contábeis da Companhia referentes ao exercício de 2019 e, portanto, não expressamos opinião ou qualquer forma de asseguarção sobre as demonstrações financeiras de 2019 tomadas em conjunto.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

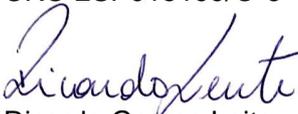
- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que eventualmente tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Rio de Janeiro, 24 de março de 2021.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC-2SP015199/O-6



Ricardo Gomes Leite
Contador CRC-1RJ107146/O-1

Veredas Transmissora de Eletricidade S.A.

Balanço patrimonial
31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em milhares de reais)

| | Nota | 31/12/2020 | 31/12/2019 |
|--|-------------|-------------------------|-------------------------|
| Ativo | | | |
| Circulante | | | |
| Caixa e equivalentes de caixa | 4 | 27.212 | 79.778 |
| Impostos a recuperar | | 3.029 | 2.674 |
| Ativo de contrato | 5 | 108.759 | - |
| Adiantamentos diversos | | 171 | 261 |
| | | <u>139.171</u> | <u>82.713</u> |
| Não circulante | | | |
| Ativo de contrato | 5 | 1.520.985 | 1.234.432 |
| | | <u>1.520.985</u> | <u>1.234.432</u> |
| Total do ativo | | <u>1.660.156</u> | <u>1.317.145</u> |
| Passivo | | | |
| Circulante | | | |
| Fornecedores | 6 | 137 | 7.410 |
| Empréstimos e financiamentos | 8 | 8.191 | - |
| Obrigações fiscais | | 284 | 2.514 |
| Partes relacionadas | 7 | 82.128 | 125.054 |
| Provisões | 6 | 1.845 | 10.123 |
| | | <u>92.585</u> | <u>145.101</u> |
| Não circulante | | | |
| Empréstimos e financiamentos | 8 | 687.521 | 542.685 |
| Impostos diferidos | 10 | 346.693 | 244.124 |
| | | <u>1.034.214</u> | <u>786.809</u> |
| Patrimônio líquido | | | |
| Capital social | 11 | 153.001 | 133.001 |
| Reserva de lucros | 11 | 380.356 | 252.234 |
| Total patrimônio líquido | | <u>533.357</u> | <u>385.235</u> |
| Total do passivo e patrimônio líquido | | <u>1.660.156</u> | <u>1.317.145</u> |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Veredas Transmissora de Eletricidade S.A.

Demonstração do resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em milhares de reais)

| | Nota | 31/12/2020 | 31/12/2019 |
|--|-------------|-----------------------|-----------------------|
| Receita operacional líquida | 12 | 358.746 | 939.245 |
| Custo de construção | 13 | <u>(136.706)</u> | <u>(597.748)</u> |
| Resultado bruto | | 222.040 | 341.497 |
| Despesas operacionais | | | |
| Pessoal | | (209) | (246) |
| Material | | (6) | (37) |
| Serviços de terceiros | | (242) | (1.441) |
| Aluguéis | | (34) | (59) |
| Outras despesas | | <u>(42)</u> | <u>(25)</u> |
| | | (533) | (1.808) |
| Resultado antes do resultado financeiro e dos tributos | | 221.507 | 339.689 |
| Resultado financeiro | 14 | | |
| Receitas financeiras | | 1.486 | 3.812 |
| Despesas financeiras | | <u>(28.869)</u> | <u>(18.382)</u> |
| | | (27.383) | (14.570) |
| Resultado antes dos tributos sobre o lucro | | 194.124 | 325.119 |
| Imposto de renda e contribuição social diferido | 15 | <u>(66.002)</u> | <u>(109.544)</u> |
| Lucro líquido do exercício | | <u>128.122</u> | <u>215.575</u> |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Veredas Transmissora de Eletricidade S.A.

Demonstração do resultado abrangente
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em milhares de reais)

| | <u>31/12/2020</u> | <u>31/12/2019</u> |
|--|-------------------|-------------------|
| Lucro líquido do exercício | 128.122 | 215.575 |
| Outros resultados abrangentes | - | - |
| Total do resultado abrangente do exercício | <u>128.122</u> | <u>215.575</u> |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Veredas Transmissora de Eletricidade S.A.

Demonstração das mutações do patrimônio líquido
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em milhares de reais)

| | Nota | Capital social | Reserva de lucros | | Lucros acumulados | Total |
|----------------------------------|------|----------------|-------------------|------------------------------|-------------------|----------------|
| | | | Reserva legal | Reserva de lucros a realizar | | |
| Saldos em 31 de dezembro de 2018 | 12 | 1.001 | 200 | 36.459 | - | 37.660 |
| Integralização de capital | | 132.000 | - | - | - | 132.000 |
| Lucro do exercício | | - | - | - | 215.575 | 215.575 |
| Reserva legal | | - | 10.778 | - | (10.778) | - |
| Reserva de lucros a realizar | | - | - | 204.797 | (204.797) | - |
| Saldos em 31 de dezembro de 2019 | 12 | 133.001 | 10.978 | 241.256 | - | 385.235 |
| Integralização de capital | | 20.000 | - | - | - | 20.000 |
| Lucro do exercício | | - | - | - | 128.122 | 128.122 |
| Reserva legal | | - | 6.406 | - | (6.406) | - |
| Reserva de lucros a realizar | | - | - | 121.716 | (121.716) | - |
| Saldos em 31 de dezembro de 2020 | | 153.001 | 17.384 | 362.972 | - | 533.357 |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Veredas Transmissora de Eletricidade S.A.

Demonstração do fluxo de caixa

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em milhares de reais)

| | 31/12/2020 | 31/12/2019 |
|---|------------------------|----------------------|
| Atividades operacionais | | |
| Lucro líquido do exercício | 128.122 | 215.575 |
| Ajustes para reconciliar o lucro líquido ao fluxo de caixa das atividades operacionais: | | |
| Receita de construção – Ativo de contrato | (206.479) | (943.842) |
| Remuneração do ativo de contrato | (188.833) | (91.139) |
| Impostos diferidos | 102.569 | 205.280 |
| Juros apropriados sobre dívidas financeiras | 28.906 | 17.289 |
| Amortização dos custos de transação | 1.780 | |
| Provisões | (8.278) | |
| Lucro ajustado | <u>(142.213)</u> | <u>438.144</u> |
| Variações nos ativos e passivos: | | |
| Partes relacionadas | (42.926) | 122.712 |
| Ativo de contrato | - | - |
| Adiantamentos diversos | 90 | 284 |
| Tributos a recuperar | (355) | (2.207) |
| Fornecedores | (7.273) | (593) |
| Provisões | - | (24.752) |
| Obrigações fiscais | (2.229) | 1.356 |
| | <u>(52.693)</u> | <u>(938.181)</u> |
| Fluxo de Caixa líquido consumido pelas atividades operacionais | <u>(194.906)</u> | <u>(500.037)</u> |
| Atividades de financiamentos | | |
| Aumento de capital | 20.000 | 132.000 |
| Empréstimos e financiamentos obtidos | 126.192 | 755.166 |
| Custos de transação na captação de empréstimos e financiamentos | (3.852) | |
| Pagamentos de juros de empréstimos e financiamentos | - | (33.189) |
| Pagamentos de principal de empréstimo e financiamentos | - | (320.000) |
| Fluxo de caixa líquido gerado pelas atividades de financiamentos | <u>142.340</u> | <u>533.977</u> |
| Aumento (redução) líquido no caixa e equivalentes de caixa | <u>(52.566)</u> | <u>33.940</u> |
| Caixa e equivalente caixa no fim do exercício | 27.212 | 79.778 |
| Caixa e equivalente caixa no início do exercício | 79.778 | 45.838 |
| Variação do saldo de caixa e equivalentes de caixa | <u>(52.566)</u> | <u>33.940</u> |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Veredas Transmissora de Eletricidade S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2020
(Em milhares de reais)

1. Contexto operacional

A Veredas Transmissora de Eletricidade S.A. (“Companhia ou Transmissora”), controlada pela Cymi Construções e Participações S.A. e o Brasil Energia Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia, é uma sociedade anônima de capital fechado, constituída em 2 de dezembro de 2015 e está estabelecida na Avenida Presidente Wilson, 231, Sala 1004 - Centro - 20.030-021 - Rio de Janeiro - RJ.

A Companhia tem por objeto social a exploração, construção, implantação, operação e manutenção do Serviço Público de Transmissão de Energia Elétrica na Rede Básica do Sistema Elétrico Integrado Nacional e de mais instalações necessárias às funções de medição, supervisão, proteção, comando, controle telecomunicação, administração, apoio e demais serviços complementares necessários à transmissão de energia elétrica. Essa atividade é regulamentada pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), vinculada ao Ministério de Minas e Energia (MME).

A Companhia encontra-se em fase pré-operacional e, portanto, depende dos aportes de capital de seus acionistas e/ou de financiamento obtido junto às instituições financeiras para a liquidação de suas obrigações até o momento que passe a gerar seus próprios fluxos de caixa operacionais.

1.1. Da concessão

Por meio do Contrato de Concessão do Serviço Público de Transmissão de Energia Elétrica nº 17/2017 - ANEEL, datado de 10 de fevereiro 2017, foi outorgada à Companhia a concessão de Serviço de Transmissão de Energia Elétrica pelo prazo de 30 anos, que consiste na construção, operação, manutenção e pelas demais instalações necessárias às funções de medição, supervisão, proteção, comando, controle, telecomunicação, administração e apoio dos seguintes empreendimentos:

- LT 500 kV Rio das Éguas - Arinos 2 C1 - 230 km;
- LT 500 kV Arinos 2 - Pirapora 2 C1 - 221 km;
- SE 2.500 kV Arinos.

O Contrato de Concessão exige a entrada em operação comercial em no máximo 48 meses após a assinatura do contrato. Atualmente a Companhia encontra-se em fase de construção do empreendimento que por sua vez está em fase pré-operacional.

A Receita Anual Permitida (RAP) foi determinada em aproximadamente R\$ 130.510 para todos os trechos (valor histórico), que será acrescido de PIS e COFINS. A RAP será corrigida anualmente pelo IPCA.

Veredas Transmissora de Eletricidade S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2020
(Em milhares de reais)

1. Contexto operacional--Continuação

1.1. Da concessão--Continuação

Os montantes que serão faturados pela Companhia estão sujeitos aos seguintes encargos regulatórios:

- **Taxa de Fiscalização de Serviços de Energia Elétrica (TFSEE)** - Taxa de fiscalização incidente sobre a transmissão de energia elétrica, devida mensalmente, sendo seu valor fixado pelos despachos emitidos no início de cada ano pela ANEEL e proporcionais ao porte do serviço concedido, considerando o valor econômico agregado pelo concessionário, sendo seu percentual anual equivalente a 0,4% da receita operacional.
- **Pesquisa & Desenvolvimento do setor elétrico (P&D)** - Investimento aplicado em pesquisa e desenvolvimento do setor elétrico equivalente ao percentual anual de 1% da receita operacional líquida.
- **Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT)** - O FNDCT foi criado com o objetivo de apoiar financeiramente programas e projetos prioritários de desenvolvimento científico e tecnológico nacionais, tendo como fonte de receita os incentivos fiscais, empréstimos de instituições financeiras, contribuições e doações de entidades públicas e privadas, sendo seu percentual anual equivalente a 0,4% da receita operacional.
- **Ministério de Minas e Energia (MME)** - Recolhimento a fim de custear os estudos e pesquisas de planejamento da expansão do sistema energético, bem como os de inventário e de viabilidade necessários ao aproveitamento dos potenciais hidrelétricos, sendo seu percentual anual equivalente a 0,4% da receita operacional.

A Transmissora deverá executar reforços e melhorias nas instalações de transmissão da rede básica objeto desse contrato, nos termos da Resolução Normativa nº 643/2014, auferindo as correspondentes receitas e tendo em vista a adequada prestação do serviço público de transmissão de que é titular.

A extinção da concessão determinará, de pleno direito, a reversão ao Poder Concedente dos bens vinculados ao serviço, procedendo-se aos levantamentos e às avaliações, bem como à determinação do montante da indenização devida à Transmissora, observados os valores e as datas de sua incorporação ao sistema elétrico.

Sem prejuízo das penalidades cabíveis e das responsabilidades incidentes, a ANEEL poderá intervir na concessão, nos termos da Lei nº 8.987/1995, a qualquer tempo, para assegurar a prestação adequada do serviço público de transmissão ou o cumprimento, pela Transmissora, das normas legais, regulamentares e contratuais, após prévio pagamento da indenização das parcelas dos investimentos vinculados a bens reversíveis, ainda não depreciados, que tenham sido realizados pela Transmissora.

Veredas Transmissora de Eletricidade S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2020
(Em milhares de reais)

1. Contexto operacional--Continuação

1.1. Da concessão--Continuação

A critério exclusivo da ANEEL e para assegurar a continuidade e a qualidade do serviço público, o prazo da concessão poderá ser prorrogado por, no máximo, igual período, de acordo com o que dispõem os arts. 6º e 11 da Lei nº 12.783/2012, mediante requerimento da Transmissora. A eventual prorrogação do prazo da concessão estará subordinada ao interesse público e à revisão das condições estipuladas no contrato de concessão.

Em 11 de março de 2020, a Organização Mundial da Saúde (OMS) declarou que o coronavírus (COVID-19) é uma pandemia. A Administração da Companhia tem acompanhado atentamente os impactos do Coronavírus nos mercados de capitais mundiais e, em especial, no mercado brasileiro. Nesse sentido, dentre os diversos riscos e incertezas aos quais a Companhia está exposta, a Administração avaliou os possíveis eventos econômicos que pudessem impactar a Companhia e até a data de autorização para emissão dessas demonstrações financeiras a Administração não observou impactos que pudessem modificar a mensuração dos seus ativos e passivos apresentados nas demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2020.

E de acordo com a portaria 6.307 de 24 de março de 2020 do diretor geral da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) e decreto 10.291 de 25 de março de 2020, os serviços públicos de geração, transmissão e distribuição de energia elétrica, incluído o fornecimento de suprimentos para o funcionamento e a manutenção das centrais geradoras e dos sistemas de transmissão e distribuição de energia, além de produção, transporte e distribuição de gás natural, são considerados atividades essenciais.

2. Base de preparação

2.1. Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP), incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis.

As demonstrações financeiras foram aprovadas e autorizadas para emissão pela Diretoria em 24 de março de 2021. Após a sua emissão, somente os acionistas têm o poder de alterar as demonstrações financeiras.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

Veredas Transmissora de Eletricidade S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2020
(Em milhares de reais)

2. Base de preparação--Continuação

2.2. Moeda fucional e moeda de apresentação

Estas demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

2.3. Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas utilizando como base o custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos quando requerido nas normas. A classificação da mensuração do valor justo nas categorias níveis 1, 2 ou 3 (dependendo do grau de observância das variáveis utilizadas) está apresentada na nota 17 de Instrumentos Financeiros.

2.4. Uso de estimativas e julgamentos

Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis do Grupo e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Itens sujeitos a essas estimativas incluem: critério de apuração e remuneração do ativo de contrato, conforme nota explicativa 6, análise do risco de crédito para determinação da provisão para perdas esperadas de crédito de liquidação duvidosa e reconhecimento de provisões para riscos fiscais, cíveis, trabalhistas e regulatórios. As estimativas e julgamentos são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem o critério de apuração do ativo de contrato, conforme nota explicativa 6.

Veredas Transmissora de Eletricidade S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2020
(Em milhares de reais)

2. Base de preparação--Continuação

2.5. Principais políticas contábeis

As políticas contábeis adotadas pela Companhia estão descritas a seguir:

Instrumentos financeiros

A Companhia classifica seus ativos e passivos financeiros, no reconhecimento inicial, de acordo com as seguintes categorias:

a) *Ativos financeiros*

Os ativos financeiros incluem caixa e equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários, ativo financeiro de concessão e outros itens financeiros, além de outros créditos realizáveis por caixa.

A Companhia reconhece os recebíveis inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros são reconhecidos na data da negociação quando a entidade se tornar parte das disposições contratuais do instrumento.

Um ativo financeiro, que não possua um componente de financiamento significativo, é inicialmente mensurado pelo valor justo acrescido, para um item que não é Valor Justo por meio do Resultado, dos custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um recebível sem um componente de financiamento significativo é inicialmente mensurado pelo preço da transação.

Veredas Transmissora de Eletricidade S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2020
(Em milhares de reais)

2. Base de preparação--Continuação

2.5. Principais políticas contábeis--Continuação

Instrumentos financeiros--Continuação

i) *Ativos financeiros--Continuação*

A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Qualquer participação que seja criada ou retida pela Companhia em tais ativos financeiros transferidos, é reconhecida como um ativo separado.

i) *Classificação e mensuração subsequente*

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado pelo custo amortizado; ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes ("VJORA") ou ao valor justo por meio do resultado ("VJR") com base tanto no modelo de negócios da entidade para a gestão dos ativos financeiros; quanto nas características de fluxo de caixa contratual do ativo financeiro.

A Companhia mensura o ativo financeiro ao custo amortizado quando: (i) o ativo financeiro for mantido dentro de modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros com o fim de receber fluxos de caixa contratuais; e (ii) os termos contratuais do ativo financeiro derem origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto.

A Companhia mensura o ativo financeiro ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes quando: (i) o ativo financeiro for mantido dentro de modelo de negócios cujo objetivo seja atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e (ii) os termos contratuais do ativo financeiro derem origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam exclusivamente pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto.

Veredas Transmissora de Eletricidade S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2020
(Em milhares de reais)

2. Base de preparação--Continuação

2.5. Principais políticas contábeis--Continuação

Instrumentos financeiros--Continuação

i) *Ativos financeiros--Continuação*

i) Classificação e mensuração subsequente--Continuação

O ativo financeiro deve ser mensurado ao valor justo por meio do resultado, a menos que seja mensurado ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes. Entretanto, no reconhecimento inicial, a Companhia pode irrevogavelmente designar um ativo financeiro que, de outra forma, satisfaz os requisitos para serem mensurados ao custo amortizado ou ao VJORA como ao VJR, se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma poderia surgir.

Os ativos financeiros não são reclassificados após seu reconhecimento inicial, a menos que a Companhia altere seu modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, caso em que todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do primeiro exercício subsequente à mudança no modelo de negócios.

ii) Avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e juros

Para os fins desta avaliação, “principal” é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial; juros são definidos como a contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor do principal em aberto durante um determinado período de tempo e por outros riscos e custos básicos de empréstimos (exemplo: risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro.

Ao avaliar se os fluxos de caixa contratuais são apenas pagamentos de principal e juros, a Companhia considera os termos contratuais do instrumento. Isso inclui avaliar se o ativo financeiro contém um termo contratual que pode alterar o prazo ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenda a essa condição.

Veredas Transmissora de Eletricidade S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2020
(Em milhares de reais)

2. Base de preparação--Continuação

2.5. Principais políticas contábeis--Continuação

Instrumentos financeiros--Continuação

i) *Ativos financeiros--Continuação*

iii) Mensuração subsequente e ganhos e perdas

Ativos financeiros ao VJR

Esses ativos são mensurados subsequentemente pelo valor justo. Os ganhos e perdas líquidos, incluindo juros ou receita de dividendos, são reconhecidos no resultado.

Ativos financeiros ao custo amortizado

Esses ativos são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa efetiva de juros. O custo amortizado é reduzido por perdas por redução ao valor recuperável. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e a redução ao valor recuperável são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.

Instrumentos de dívida ao VJORA

Esses ativos são mensurados subsequentemente pelo valor justo. Os rendimentos de juros calculados utilizando o método do juro efetivo, ganhos e perdas cambiais e a redução do valor recuperável são reconhecidos nos resultados. Outros ganhos e perdas líquidos são reconhecidos em ORA. No desreconhecimento, os ganhos e perdas acumulados em ORA são reclassificados para o resultado.

A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando esses direitos são transferidos em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual a Companhia nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro.

Veredas Transmissora de Eletricidade S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2020
(Em milhares de reais)

2. Base de preparação--Continuação

2.5. Principais políticas contábeis--Continuação

Instrumentos financeiros--Continuação

b) *Passivos financeiros*

Os passivos financeiros são classificados como mensurados ao custo amortizado ou VJR. Um passivo financeiro é classificado ao VJR se for classificado como mantido para negociação, caso seja um derivativo ou caso seja designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os passivos financeiros ao VJR são mensurados pelo valor justo e os ganhos e perdas líquidos, incluindo qualquer despesa de juros, são reconhecidos no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados ao custo amortizado, utilizando o método da taxa efetiva de juros. Despesas com juros e ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado.

A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando suas obrigações contratuais são baixadas ou canceladas ou expiram.

No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo quaisquer ativos não monetários transferidos ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado.

2.6. Ajuste a valor presente de ativos e passivos

Os ativos e passivos monetários de longo prazo são atualizados monetariamente e, portanto, estão ajustados pelo seu valor presente. O ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários de curto prazo é calculado, e somente registrado, se considerado relevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Para fins de registro e determinação de relevância, o ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos. Com base nas análises efetuadas e na melhor estimativa da administração.

2.7. Impairment de ativos não financeiros

A Administração revisa anualmente os eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas de cada ativo ou unidade geradora de caixa (UGC), que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas, e o valor contábil líquido exceder o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

Veredas Transmissora de Eletricidade S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2020
(Em milhares de reais)

2. Base de preparação--Continuação

2.7. Impairment de ativos não financeiros--Continuação

Perdas por redução no valor recuperável são reconhecidas no resultado e são revertidas somente na condição em que o valor contábil do ativo ou da UGC não exceda o valor contábil que teria sido apurado, caso nenhuma perda por redução ao valor recuperável tivesse sido reconhecida para o ativo ou UGC em exercícios anteriores. A reversão da perda por redução ao valor recuperável é reconhecida imediatamente no resultado.

Uma UGC é definida como o menor grupo identificável de ativos que geram fluxos de entrada de caixa independente dos fluxos de entrada de caixa de outros ativos ou grupo de ativos. O valor recuperável de uma UGC é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor justo deduzido das despesas de venda.

Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita o custo médio ponderado de capital para o segmento em que opera a UGC. O valor justo é determinado, sempre que possível, com base em contrato de venda firme em uma transação em bases comutativas, entre partes conhecedoras e interessadas, ajustado por despesas atribuíveis à venda do ativo, ou, quando não há contrato de venda firme, com base no preço de mercado de um mercado ativo, ou no preço da transação mais recente com ativos semelhantes.

Evidência objetiva de que ativos não financeiros tiveram perda de valor inclui:

- Indicativos observáveis de redução significativas do valor do ativo;
- Mudanças tecnológicas, de mercado, econômico ou legal na qual a entidade opera o ativo;
- Aumento de taxas de juros praticados no mercado de retorno sobre investimentos afetando a taxa de desconto utilizado pela Companhia;
- O valor contábil do patrimônio líquido da entidade é maior do que o valor de suas ações no mercado;
- Evidência disponível de obsolescência ou de dano físico de um ativo;
- Descontinuidade ou reestruturação da operação à qual um ativo pertence;
- Dados observáveis indicando que o desempenho econômico de um ativo é ou será pior que o esperado.

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019, não houve indicativo de deterioração e em função disso a Companhia não efetuou análise para seus ativos.

Veredas Transmissora de Eletricidade S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2020
(Em milhares de reais)

2. Base de preparação--Continuação

2.8. Ativo de contrato

Os Contratos de Concessão de Serviços Públicos de Energia Elétrica celebrados entre a União (Poder Concedente - Outorgante) e a Companhia regulamentam a exploração dos serviços públicos de transmissão pela Companhia.

De acordo com o contrato de concessão, a Companhia é responsável por transportar a energia dos centros de geração até os pontos de distribuição. Para cumprir essa responsabilidade, a Companhia possui duas obrigações de desempenho distintas: (i) construir e (ii) manter e operar a infraestrutura de transmissão.

Ao cumprir essas duas obrigações de desempenho, a Companhia mantém sua infraestrutura de transmissão disponível para os usuários e em contrapartida recebe uma remuneração denominada RAP, durante toda a vigência do contrato de concessão. Estes recebimentos amortizam os investimentos feitos nessa infraestrutura de transmissão. Eventuais investimentos não amortizados geram o direito de indenização do Poder Concedente (quando previsto no contrato de concessão), que recebe toda a infraestrutura de transmissão ao final do contrato de concessão.

Até 31 de dezembro de 2017, a infraestrutura de transmissão era classificada como ativo financeiro sob o escopo do ICPC 01 (R1)/IFRIC 12 e mensurada ao custo amortizado. Eram contabilizadas receitas de construção e de operação, além da receita de remuneração da infraestrutura de concessão com base na Taxa Interna de Retorno ("TIR") de cada projeto, juntamente com a variação do IPCA.

Com a entrada em vigor em 1º de janeiro de 2018 do CPC 47/IFRS 15, o direito à contraprestação por bens e serviços condicionado ao cumprimento de obrigações de desempenho e não somente a passagem do tempo enquadram a Companhia nessa norma. Com isso, as contraprestações passam a ser classificadas como um "Ativo de Contrato". As receitas relativas à infraestrutura de transmissão passam ser mensuradas da seguinte forma:

- (i) Reconhecimento de receita de construção, tendo por base a parcela da RAP destinada ao investimento do ativo, que considera a margem de construção de acordo com as projeções iniciais do projeto. Toda a margem de construção é reconhecida durante a obra e variações positivas ou negativas do custo de construção são alocadas imediatamente ao resultado, no momento que incorridas. Para estimativa referente a Receita de Construção, a Companhia utilizou um modelo que apura o custo de financiar o cliente (no caso, o poder concedente). A taxa de desconto para o valor presente líquido da margem de construção (e de operação) é definida no momento inicial do projeto e não sofre alterações posteriores, sendo apurada de acordo com o risco de crédito do cliente e prazo de financiamento.

Veredas Transmissora de Eletricidade S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2020
(Em milhares de reais)

2. Base de preparação--Continuação

2.8. Ativo de contrato--Continuação

- (ii) Reconhecimento da receita de operação e manutenção, considerando uma margem sobre os custos incorridos para cumprimento das obrigações de performance de operação e manutenção previstas no contrato de concessão, após o término da fase de construção.
- (iii) Reconhecimento de receita de remuneração sobre o ativo de contrato reconhecido, registra-se também uma receita de remuneração financeira, a partir da entrada em operação, sob a rubrica Remuneração do ativo de contrato, utilizando a taxa de desconto definida no início de cada projeto.

Em dezembro de 2020, a CVM divulgou o Ofício-Circular nº 04 para fornecer orientação quanto aos aspectos relevantes do CPC47/IFRS15 e do CPC48/IFRS9 que devem ser observados na elaboração das Demonstrações Financeiras das Companhias Transmissoras de Energia Elétrica em 31 de dezembro de 2020, com destaque para a necessidade de atribuição de margens para o reconhecimento das receitas de construção e de operação e manutenção da infraestrutura, bem como para a taxa utilizada para a remuneração dos contratos de concessão, que deve corresponder à taxa implícita de cada projeto.

A Companhia não identificou necessidade de reconhecer quaisquer ajustes como consequência da publicação desse Ofício, tendo em vista que desde a adoção do CPC47/IFRS 15 em 01 de janeiro de 2018 foram adotadas as seguintes políticas contábeis:

I. A atualização monetária do ativo contratual é reconhecida pela taxa implícita estabelecida no início de cada projeto e que é obtida após a alocação das margens de construção e de operação.

II. Atribuição de margens de operação e manutenção no início de cada projeto para o reconhecimento das respectivas receitas.

A infraestrutura recebida ou construída da atividade de transmissão é recuperada por meio do fluxo de caixa descritos a seguir:

- Parte por meio de valores a receber garantidos pelo poder concedente relativa à RAP durante o prazo da concessão. Os valores da RAP são determinados pelo Operador Nacional do Setor Elétrico (“ONS”) conforme contrato de concessão e recebidos dos agentes do setor elétrico por ela designados pelo uso da rede de transmissão disponibilizada.

Veredas Transmissora de Eletricidade S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2020
(Em milhares de reais)

2. Base de preparação--Continuação

2.9. Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda ("IRPJ") e a contribuição social sobre o lucro líquido ("CSLL") são provisionados mensalmente obedecendo ao regime de competência e apurados conforme previsto na Lei nº 12.973, de 13 de maio de 2014. A Companhia adota o regime de lucro real estimativa mensal. O IRPJ e CSLL do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para IRPJ e 9% sobre o lucro tributável para CSLL, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real do exercício.

A despesa com IRPJ e CSLL compreende os impostos de renda e contribuição social correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios ou a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

Despesas de imposto de renda e contribuição social corrente

A despesa de imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O montante dos impostos correntes a pagar ou a receber é reconhecido no balanço patrimonial como ativo ou passivo fiscal pela melhor estimativa do valor esperado dos impostos a serem pagos ou recebidos que reflete as incertezas relacionadas a sua apuração, se houver. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas na data do balanço.

Os ativos e passivos fiscais correntes são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

Despesas de imposto de renda e contribuição social diferido

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são calculados sobre as diferenças entre os saldos dos ativos e passivos das Demonstrações Financeiras e as correspondentes bases fiscais utilizadas no cálculo do IR e da CS correntes. A probabilidade de recuperação destes saldos é revisada no fim de cada exercício e, quando não for mais provável que bases tributáveis futuras estejam disponíveis e permitam a recuperação total ou parcial destes impostos, o saldo do ativo é reduzido ao montante que se espera recuperar.

Ativos e passivos fiscais diferidos são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

Veredas Transmissora de Eletricidade S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2020
(Em milhares de reais)

2. Base de preparação--Continuação

2.10. Provisões

As provisões são reconhecidas em função de um evento passado quando há uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável e se for provável a exigência de um recurso econômico para liquidar esta obrigação. Quando aplicável, as provisões são apuradas através do desconto dos fluxos de desembolso de caixa futuros esperados a uma taxa que considera as avaliações atuais de mercado e os riscos específicos para o passivo.

2.11. Receita e despesas financeiras

A receita e a despesa de juros são reconhecidas no resultado pelo método dos juros efetivos. A Companhia classifica juros recebidos como fluxos de caixa das atividades de investimento.

2.12. Mensuração do valor justo

Valor justo é o preço que seria recebido na venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação ordenada entre participantes do mercado na data de mensuração, no mercado principal ou, na sua ausência, no mercado mais vantajoso ao qual a Companhia tem acesso nessa data. O valor justo de um passivo reflete o seu risco de descumprimento (non-performance). O risco de descumprimento inclui, entre outros, o próprio risco de crédito da Companhia.

Uma série de políticas contábeis e divulgações da Companhia requer a mensuração de valores justos, tanto para ativos e passivos financeiros como não financeiros.

Quando disponível, a Companhia mensura o valor justo de um instrumento utilizando o preço cotado num mercado ativo para esse instrumento. Um mercado é considerado como ativo se as transações para o ativo ou passivo ocorrem com frequência e volume suficientes para fornecer informações de precificação de forma contínua.

Se não houver um preço cotado em um mercado ativo, a Companhia utiliza técnicas de avaliação que maximizam o uso de dados observáveis relevantes e minimizam o uso de dados não observáveis. A técnica de avaliação escolhida incorpora todos os fatores que os participantes do mercado levariam em conta na precificação de uma transação.

Se um ativo ou um passivo mensurado ao valor justo tiver um preço de compra e um preço de venda, a Companhia mensura ativos com base em preços de compra e passivos com base em preços de venda.

Veredas Transmissora de Eletricidade S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2020
(Em milhares de reais)

2. Base de preparação--Continuação

2.12. Mensuração do valor justo--Continuação

A melhor evidência do valor justo de um instrumento financeiro no reconhecimento inicial é normalmente o preço da transação - ou seja, o valor justo da contrapartida dada ou recebida. Se a Companhia determinar que o valor justo no reconhecimento inicial difere do preço da transação e o valor justo não é evidenciado nem por um preço cotado num mercado ativo para um ativo ou passivo idêntico nem baseado numa técnica de avaliação para a qual quaisquer dados não observáveis são julgados como insignificantes em relação à mensuração, então o instrumento financeiro é mensurado inicialmente pelo valor justo ajustado para diferir a diferença entre o valor justo no reconhecimento inicial e o preço da transação. Posteriormente, essa diferença é reconhecida no resultado numa base adequada ao longo da vida do instrumento, ou até o momento em que a avaliação é totalmente suportada por dados de mercado observáveis ou a transação é encerrada, o que ocorrer primeiro.

2.13. Encargos setoriais

- a) Pesquisa e Desenvolvimento (P&D)Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT) e Empresa de Pesquisa Energética (EPE)

São programas de reinvestimento exigidos pela ANEEL para as distribuidoras, transmissoras e geradoras de energia elétrica, que estão obrigadas a destinar, anualmente, um percentual de sua receita operacional líquida e/ou receita operacional líquida para aplicação nesses programas.

- b) Taxa de Fiscalização do Serviço Público de Energia Elétrica (TFSEE)

Os valores da taxa de fiscalização incidentes sobre a transmissão de energia elétrica são diferenciados e proporcionais ao porte do serviço concedido, calculados anualmente pela ANEEL, considerando o valor econômico agregado pelo concessionário.

- c) Ministério de Minas e Energia (MME)

Recolhimento a fim de custear os estudos e pesquisas de planejamento da expansão do sistema energético, bem como os de inventário e de viabilidade necessários ao aproveitamento dos potenciais hidrelétricos.

2.14. Demonstrações do Fluxo de Caixa (DFC)

A Companhia classifica nas demonstrações do fluxo de caixa os juros pagos como atividades de financiamento, por entender que os juros representam custos para obtenção de recursos financeiros.

Veredas Transmissora de Eletricidade S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2020
(Em milhares de reais)

3. Novas normas e interpretações

As alterações em Pronunciamentos que entraram em vigor em 1º de janeiro de 2020 não produziram impactos relevantes nas demonstrações financeiras. Em relação aos normativos em discussão no IASB ou com data de vigência estabelecida em exercício futuro, a Companhia está acompanhando as discussões e até o momento não identificou a possibilidade de ocorrência de impactos significativos.

3.1. Normas emitidas, mas ainda não vigentes

As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas não ainda em vigor até a data de emissão das demonstrações financeiras da Companhia, estão descritas a seguir. A Companhia pretende adotar essas normas e interpretações novas e alteradas, se cabível, quando entrarem em vigor.

3.1.1. Alterações ao CPC 26 (R1): Classificação de passivos como circulante ou não circulante

Em janeiro de 2020, o IASB emitiu alterações nos parágrafos 69 a 76 do IAS 1, correlato ao CPC 26, de forma a especificar os requisitos para classificar o passivo como circulante ou não circulante. As alterações esclarecem: (i) O que significa um direito de postergar a liquidação; (ii) Que o direito de postergar deve existir na data-base do relatório; (iii) Que essa classificação não é afetada pela probabilidade de uma entidade exercer seu direito de postergação; (iv) Que somente se um derivativo embutido em um passivo conversível for em si um instrumento de capital próprio os termos de um passivo não afetariam sua classificação.

As alterações são válidas para períodos iniciados a partir de 1º de janeiro de 2023 e devem ser aplicadas retrospectivamente.

Veredas Transmissora de Eletricidade S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2020
(Em milhares de reais)

3. Novas normas e interpretações--Continuação

3.2. Reapresentação

Após reavaliação e objetivando corrigir a classificação do efeito da Remuneração do Ativo de Contrato, da Receita de Operação e Manutenção do Ativo de Contrato e da Receita de Construção do Ativo de Contrato sobre o lucro ajustado na demonstração de fluxo de caixa, anteriormente apresentadas líquidas nas variações de ativos e passivos, a Companhia está reapresentando a demonstração dos fluxos de caixa referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019, alinhada com a aplicação do CPC 23 – Políticas contábeis, mudanças de estimativas e retificação de erro.

Ressalta-se que a reclassificação não impacta o montante total do fluxo de caixa líquido gerado pelas atividades operacionais.

| | Original | Ajustes | Reapresentado |
|--|------------------|--------------------|------------------|
| Fluxos de caixa das atividades operacionais | | | |
| Lucro líquido do exercício | 215.575 | | 215.575 |
| Ajustes para reconciliar o lucro líquido ao fluxo de caixa das atividades operacionais: | | | |
| Remuneração do ativo de contrato | | (91.139) | (91.139) |
| Receita de construção - Ativo de contrato | | (943.842) | (943.842) |
| Impostos diferidos | 205.280 | | 205.280 |
| Juros apropriados sobre dívidas financeiras | 17.289 | | 17.289 |
| Lucro ajustado | 438.144 | (1.034.981) | (596.837) |
| Variações nos ativos e passivos: | | | |
| Ativo de Contrato | (1.034.981) | 1.034.981 | - |
| Tributos a recuperar | (2.207) | | (2.207) |
| Adiantamentos diversos | 284 | | 284 |
| Fornecedores | (593) | | (593) |
| Obrigações fiscais | 1.356 | | 1.356 |
| Partes relacionadas | 122.712 | | 122.712 |
| Provisões | (24.752) | | (24.752) |
| | (938.181) | 1.034.981 | 96.800 |
| Fluxo de caixa líquido gerado pelas atividades operacionais | (500.037) | - | (500.037) |
| Atividades de financiamentos | | | |
| Aumento de capital | 132.000 | | 132.000 |
| Empréstimos e financiamentos obtidos | 755.166 | | 755.166 |
| Pagamentos de principal de empréstimos e financiamentos | (320.000) | | (320.000) |
| Pagamentos de juros de empréstimos e financiamentos | (33.189) | | (33.189) |
| Fluxo de caixa líquido consumido pelas atividades de financiamentos | 533.977 | - | 533.977 |
| Aumento líquido no caixa e equivalentes de caixa | 33.940 | - | 33.940 |
| Caixa e equivalente caixa no fim do exercício | 79.778 | | 79.778 |
| Caixa e equivalente caixa no início do exercício | 45.838 | | 45.838 |
| Varição no saldo de caixa e equivalentes de caixa | 33.940 | - | 33.940 |

Veredas Transmissora de Eletricidade S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2020
(Em milhares de reais)

4. Caixa e equivalentes de caixa

| | <u>31/12/2020</u> | <u>31/12/2019</u> |
|----------------------------|-------------------|-------------------|
| Caixa | 1 | 1 |
| Bancos | 137 | 419 |
| Aplicações financeiras (a) | 27.074 | 79.358 |
| | <u>27.212</u> | <u>79.778</u> |

(a) As aplicações estão representadas por fundos de investimento de renda fixa de curto prazo e de baixo risco, remunerados às taxas de juros projetadas para seguir principalmente à variação de 75% a 101% do Certificado de Depósito Interbancário (CDI). As aplicações financeiras são de curto prazo, de alta liquidez e prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa, estando sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor. As aplicações financeiras são registradas pelos valores de custo acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, que não excedem o seu valor justo. Abaixo abertura por instituição financeira:

| Instituição financeira | Tipo de aplicação | Remuneração | <u>31/12/2020</u> | <u>31/12/2019</u> |
|------------------------|-------------------|-------------|-------------------|-------------------|
| Banco Santander | CDB | 101% CDI | 20.806 | 1.602 |
| Banco Bradesco | CDB | 99,5% CDI | 67 | 71.558 |
| Banco Caixa | CDB | 96% CDI | - | 6.198 |
| Banco Itau | Compromissada | 75% CDI | 6.201 | - |
| | | | <u>27.074</u> | <u>79.358</u> |

5. Ativo de contrato

| 2019 | Receita de construção | Remuneração do ativo de Contrato | Recebimentos | 2020 |
|-----------|-----------------------|----------------------------------|--------------|------------------|
| 1.234.432 | 206.479 | 188.833 | - | 1.629.744 |

| 2018 | Receita de construção | Remuneração do ativo de Contrato | Recebimentos | 2019 |
|---------|-----------------------|----------------------------------|--------------|------------------|
| 199.451 | 943.842 | 91.139 | - | 1.234.432 |

| | <u>2020</u> | <u>2019</u> |
|----------------|------------------|------------------|
| Circulante | 108.759 | - |
| Não Circulante | 1.520.985 | 1.234.432 |
| | <u>1.629.744</u> | <u>1.234.432</u> |

Veredas Transmissora de Eletricidade S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2020
(Em milhares de reais)

6. Fornecedores

| | 31/12/2020 | 31/12/2019 |
|---------------|--------------|---------------|
| Materiais | 5 | |
| Serviços | 132 | 7.410 |
| Provisões (i) | 1.845 | 10.123 |
| | <u>1.982</u> | <u>17.533</u> |

Os valores referem-se substancialmente a fornecimento de serviços e equipamentos para a obra.

- (i) A composição desta rubrica refere-se basicamente a provisão de serviços de construções e montagem e compra de disjuntores, transformadores e seccionadores, adicionalmente a companhia faz desapropriações para passagens das linhas de transmissão e servidões em geral, conjunto de ações necessárias para início e manutenção das operações comerciais.

7. Partes relacionadas

A Administração identificou como partes relacionadas as suas acionistas, outras companhias ligadas aos mesmos acionistas, seus administradores, seus conselheiros e os demais membros do pessoal-chave da Administração e seus familiares, conforme definições contidas no Pronunciamento CPC 05 (R1) - Divulgações sobre partes relacionadas. As principais transações com partes relacionadas e seus efeitos estão descritos a seguir:

| Transações | Ativo | Passivo | Resultado | |
|---|------------------|----------------|-----------|----------|
| | Contas a receber | Fornecedores | O&M | G&A |
| Cymi Construções e Participações (i) | - | 116.578 | - | - |
| Cymi do Brasil (i) | - | 7.748 | - | - |
| Cymi Tech Soluções e Sistemas (ii) | - | 728 | - | - |
| Saldos em 31 de dezembro de 2019 (iii) | - | 125.054 | - | - |
| Cymi Construções e Participações (i) | - | 60.873 | - | - |
| Cymi do Brasil (i) | - | 20.405 | - | - |
| Cymi Tech Soluções e Sistemas (ii) | - | 850 | - | - |
| Saldos em 31 de dezembro de 2020 (iii) | - | 82.128 | - | - |

- (i) Saldo refere-se ao contrato de gerenciamento EPC (*Engineering, procurement and construction*) em sistema de *turn key* celebrado entre a Companhia e a Cymi Construções e Participações (atual denominação social da Cymimasa) e Cmi do Brasil.
- (ii) Refere-se a CymiTech, empresa do grupo integradora de equipamentos de proteção, controle e telecomunicações e desenvolvimento de aplicações e soluções de engenharia.
- (iii) Os custos incorridos até 2019 e 2020, bem como os projetados até o final do empreendimento encontram-se divulgados conforme Nota Explicativa 19 de Compromissos Assumidos - Contrato EPC.

Veredas Transmissora de Eletricidade S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2020
(Em milhares de reais)

8. Empréstimos e financiamentos

a) Composição

| Instituições financeiras | Moeda | Vencimento | Taxas de juros contratual % a.a | 31/12/2020 | 31/12/2019 |
|--|-------|------------|------------------------------------|------------|------------|
| Citibank | BRL | 07/06/2019 | | - | - |
| Banco Societe Generali - NP | BRL | 26/09/2019 | | - | - |
| BNDES Subcrédito A | BRL | 15/06/2043 | 1,92% + IPCA TLP | 347.856 | 271.343 |
| BNDES Subcrédito B | BRL | 15/06/2043 | 1,92% + IPCA TLP | 347.856 | 271.343 |
| Total de empréstimos e financiamentos | | | | 695.712 | 542.685 |
| Circulante | | | | - | - |
| Não circulante | | | | 695.712 | 542.685 |

b) Movimentação em 2020

| Instituições financeiras | Saldo em 31/12/2019 | Adições | Juros | Custo de transação a amortizar | Amortização de principal | Amortização de juros | Saldo em 31/12/2020 |
|--------------------------|------------------------|----------------|---------------|--------------------------------------|-----------------------------|-------------------------|------------------------|
| BNDES Subcrédito A | 271.343 | 63.096 | 14.453 | (1.036) | - | - | 347.856 |
| BNDES Subcrédito B | 271.343 | 63.096 | 14.453 | (1.036) | - | - | 347.856 |
| Total | 542.686 | 126.192 | 28.906 | (2.072) | - | - | 695.712 |

c) Movimentação em 2019

| Instituições financeiras | Saldo em 31/12/2018 | Adições | Juros | Custo de transação a amortizar | Amortização de principal | Amortização de juros | Saldo em 31/12/2019 |
|--------------------------|------------------------|----------------|---------------|--------------------------------------|-----------------------------|-------------------------|------------------------|
| Citibank | 39.409 | - | 1.518 | - | (37.500) | (3.427) | - |
| Societe Generali - NP | 84.011 | - | 4.221 | - | (82.500) | (5.731) | - |
| Bradesco - Debêntures | - | 200.000 | 7.427 | - | (200.000) | (7.427) | - |
| BNDES Subcrédito A | - | 277.583 | 2.062 | (8.303) | - | - | 271.343 |
| BNDES Subcrédito B | - | 277.583 | 2.062 | (8.303) | - | - | 271.343 |
| Total | 123.420 | 755.166 | 17.289 | (16.606) | (320.000) | (16.585) | 542.686 |

Citibank

Em 07 de junho de 2017, a Companhia celebrou com o Banco Citibank um contrato de Cédula de Crédito Bancário até o limite de 37.500 , com data de vencimento em 07 de Junho de 2018. Em 07/06/2018, a Companhia pagou somente os juros e postergou a mesma Cédula de Crédito Bancário para 07/06/2019, gerando um novo aditivo.

Veredas Transmissora de Eletricidade S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2020
(Em milhares de reais)

8. Empréstimos e financiamentos--Continuação

Banco Societe Generali

Em 01 de Outubro de 2018, com o objetivo de financiar os custos iniciais associados com a implementação do Projeto, a Companhia junto ao Banco Societe Generali emitiu uma primeira emissão de nota promissória até o limite de R\$ 82.500. O vencimento das notas promissórias ocorreu em 26/09/2019.

Banco Bradesco

Em 22 de Fevereiro de 2018, com o objetivo de financiar os custos iniciais associados com a implementação do Projeto, a Companhia realizou junto ao Banco Bradesco sua segunda emissão de debêntures, até o limite de R\$ 200.000,. A emissão foi em série única. As debêntures foram da espécie quirografária com garantia fidejussória adicional, nos termos do artigo 58 da Lei das Sociedades por Ações. A liquidação das Debêntures ocorreu em 28 de Agosto de 2019.

Banco BNDES

Com o objetivo de liquidar todos os empréstimos pontes iniciais associados com a implementação do projeto Veredas, em 11 de julho de 2019 a Companhia celebrou junto ao BNDES contrato de financiamento de longo prazo com taxas mais estáveis, portanto tocando o perfil de endividamento de exigibilidades circulantes para não-circulante. Em 23/08/2019 , tivemos a liberação dos subcréditos A e B, no valor de R\$ 400.000, em 14/11/2019 tivemos a liberação dos subcréditos A2 e B2, no valor de R\$ 50.000, e em 23/12/2019 tivemos a liberação dos subcréditos A3 e B3 , no valor de R\$ 100.000, cada um. Há cláusula de *covenants* previsto no respectivo contrato, contudo não aplicáveis ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020 em função da fase de maturação dos projetos, sendo exigíveis apenas a partir dos próximos exercícios.

Os vencimentos das parcelas do circulante e não circulantes são os seguintes:

| | <u>31/12/2020</u> |
|------------------------------------|-----------------------|
| 2021 | 8.191 |
| 2022 | 24.933 |
| Após 2022 | <u>681.266</u> |
| Total BNDES | 714.390 |
| (-) Custo de transação a amortizar | <u>(18.678)</u> |
| Total das obrigações | <u>695.712</u> |

Veredas Transmissora de Eletricidade S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2020
(Em milhares de reais)

9. Impostos diferidos

| Natureza dos créditos | Ativo | | | | | | | | |
|-----------------------|-----------------|--------------------|-----------|---------------|-----------------|--------------------|-----------|--------------|-------|
| | 31/12/2020 | | | | 31/12/2019 | | | | Total |
| | Base de cálculo | Impostos Diferidos | Alíquotas | Total | Base de cálculo | Impostos Diferidos | Alíquotas | | |
| IRPJ diferido | 54.184 (i) | 13.546 | 25% | 13.546 | 26.269 (iii) | 6.567 | 25% | 6.567 | |
| CSLL diferida | 54.184 (i) | 4.877 | 9% | 4.877 | 26.269 (iii) | 2.364 | 9% | 2.364 | |
| | | <u>18.423</u> | | <u>18.423</u> | | <u>8.931</u> | | <u>8.931</u> | |

(i) Refere-se ao ativo diferido fiscal sobre prejuízos fiscais de imposto de renda e bases negativas de contribuição social. A Companhia, vide sua natureza de contrato de concessão e garantia de RAP, possui expectativa de lucratividade futura para realização de seus ativos fiscais diferidos.

| Natureza dos créditos | Passivo | | | | | | | | |
|---------------------------------|-----------------|--------------------|-----------|----------------|-----------------|--------------------|-----------|----------------|-------|
| | 31/12/2020 | | | | 31/12/2019 | | | | Total |
| | Base de cálculo | Impostos diferidos | Alíquotas | Total | Base de cálculo | Impostos diferidos | Alíquotas | | |
| PIS diferido | 1.629.744 (i) | 26.891 | 1,65% | 26.891 | 1.234.432 (i) | 20.368 | 1,65% | 20.368 | |
| COFINS diferida | 1.629.744 (i) | 123.861 | 7,60% | 123.861 | 1.234.432 (i) | 93.817 | 7,60% | 93.817 | |
| IRPJ diferido | 630.482 (ii) | 157.621 | 25% | 157.621 | 408.442 (ii) | 102.111 | 25% | 102.111 | |
| CSLL diferida | 630.482 (ii) | 56.743 | 9% | 56.743 | 408.442 (ii) | 36.759 | 9% | 36.759 | |
| | | <u>365.116</u> | | <u>365.116</u> | | <u>253.055</u> | | <u>253.055</u> | |
| Tributo diferido líquido | | <u>346.693</u> | | | | <u>244.124</u> | | | |

(i) Refere-se a receita de construção e de manutenção reconhecida pelo valor justo e os respectivos custos transformados em despesas relativas aos serviços de construção e manutenção prestados, adicionada dos impostos recuperáveis (PIS e COFINS).

(ii) Refere-se ao passivo diferido fiscal sobre prejuízos fiscais, base negativa e os rendimentos do ativo de contrato oriundo dos valores do fluxo de caixa futuros projetados avaliados a valor justo que compõe o ativo de contrato da Companhia, relacionado à aplicação da interpretação técnica ICPC 01 (R1).

Veredas Transmissora de Eletricidade S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2020
(Em milhares de reais)

10. Patrimônio líquido

a) Capital social (em reais)

Em 31 de dezembro de 2020 o capital social subscrito é de R\$ 153.001.000,00, dividido em 153.001.000 ações ordinárias no valor nominal de R\$ 1,00 cada.

Durante o exercício de 2020 mediante aprovação da respectiva AGE ocorreu um aporte de capital totalizando R\$ 20.000.000 dividido em 1.000.000 ações ordinárias no valor nominal de R\$ 1,00 cada. Os respectivos aportes de capital foram proporcionais a participação de cada quotista, sendo 50% referente à Cymi Construções e Participações S.A. e 50% referente ao Brasil Energia Fundo de investimentos em participações Multiestratégia.

O capital social da Companhia é composto como se segue:

| Composição acionária | | 31/12/2020 | |
|--|-------------|------------|------------------|
| Quotistas | Qntd. ações | % | Valor (em reais) |
| Cymi Construções e Participações S.A. | 76.500.500 | 50,00% | 76.500.500 |
| Brasil Energia Fundo de Investimentos em Participações Multiestratégia | 76.500.500 | 50,00% | 76.500.500 |
| Total | 153.001.000 | | 153.001.000 |

| Composição acionária | | 31/12/2019 | |
|--|-------------|------------|------------------|
| Quotistas | Qntd. ações | % | Valor (em reais) |
| Cymi Construções e Participações S.A. | 66.500.500 | 50,00% | 66.500.500 |
| Brasil Energia Fundo de Investimentos em Participações Multiestratégia | 66.500.500 | 50,00% | 66.500.500 |
| Total | 133.001.000 | 100% | 133.001.000 |

b) Política de dividendos

Aos acionistas é garantido estatutariamente um dividendo mínimo obrigatório de 25% do lucro líquido após a destinação para reserva legal, calculado nos termos do artigo 202 da Lei nº 6.404/76.

Os acionistas em comum acordo abrem mão da constituição dos dividendos mínimos obrigatórios por razões de planejamento financeiros estratégicos, bem como consequente reinvestimento na própria Companhia.

Veredas Transmissora de Eletricidade S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2020
(Em milhares de reais)

10. Patrimônio líquido--Continuação

c) Reserva legal

A reserva legal é constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício nos termos do art. 193 da Lei 6.404/76, até o limite de 20% do capital social.

d) Reserva de lucros a realizar

A Reserva de Lucros a Realizar, constituída em anos anteriores, em vez de ser revertida para Lucros Acumulados, a partir da alteração da Lei nº 6.404/76 pela Lei nº 10.303/01, passa a ser revertida diretamente para a conta de dividendos a pagar do passivo, quando tiver os lucros nela contidos realizados financeiramente.

11. Receita

Segue abaixo a conciliação entre a receita bruta e a receita apresentada na demonstração de resultado do exercício:

| | <u>31/12/2020</u> | <u>31/12/2019</u> |
|---|-------------------|-------------------|
| Receita bruta | 395.312 | 1.034.981 |
| (-) PIS e COFINS | (36.566) | (95.736) |
| Receita líquida | <u>358.746</u> | <u>939.245</u> |
| | <u>31/12/2020</u> | <u>31/12/2019</u> |
| Receita de construção - Ativo de contrato | 206.479 | 943.842 |
| Remuneração do ativo de contrato | 188.833 | 91.139 |
| | <u>395.312</u> | <u>1.034.981</u> |

12. Custo de construção

Os custos representam os gastos diretamente ligados à construção da linha de transmissão de energia em dezembro de 2020 e exercício de 2019:

| <u>Custo de construção</u> | <u>31/12/2020</u> | <u>31/12/2019</u> |
|----------------------------|-------------------|-------------------|
| Pessoal | (239) | (1.153) |
| Maquinas e equipamentos | (10.470) | (435.234) |
| Serviços de terceiros | (89.313) | (68.349) |
| Resultado financeiro | (28.606) | (73.300) |
| Outras despesas | (8.078) | (19.712) |
| | <u>(136.706)</u> | <u>(597.748)</u> |

Veredas Transmissora de Eletricidade S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2020
(Em milhares de reais)

13. Resultado financeiro

O resultado das operações financeiras, devidamente apropriadas em regime contábil de competência está demonstrado no quadro abaixo:

| | <u>31/12/2020</u> | <u>31/12/2019</u> |
|---------------------------------------|-------------------|-------------------|
| Receitas financeiras | 1.486 | 3.812 |
| Receita de aplicações financeiras | 1.486 | 3.812 |
| Despesas financeiras | (28.869) | (18.382) |
| Juros de empréstimos e financiamentos | (28.869) | (18.382) |
| Resultado financeiro líquido | <u>(27.383)</u> | <u>(14.570)</u> |

14. Imposto de renda e contribuição social

As despesas com o imposto de renda e contribuição social nos resultados do período em 31 de dezembro de 2020 e exercício de 2019 encontram-se resumidas a seguir

| Natureza dos créditos | Base de cálculo | | |
|-----------------------|-----------------|----------|---------------|
| | 2020 | Alíquota | Constituição |
| IRPJ diferido (i) | 194.124 | 25% | 48.531 |
| CSLL diferida (i) | 194.124 | 9% | 17.471 |
| Total | <u>-</u> | <u>-</u> | <u>66.002</u> |

| Natureza dos créditos | Base de cálculo | | |
|-----------------------|-----------------|----------|----------------|
| | 2019 | Alíquota | Constituição |
| IRPJ diferido (i) | 322.186 | 25% | 80.547 |
| CSLL diferida (i) | 322.186 | 9% | 28.997 |
| Total | <u>-</u> | <u>-</u> | <u>109.544</u> |

(i) Refere-se a ativo diferido fiscal sobre prejuízos fiscais, base negativa e ao passivo diferido fiscal sobre os rendimentos do ativo de contrato oriundo dos valores do fluxo de caixa futuros projetados avaliados a valor justo que compõe o ativo de contrato da Companhia, relacionado à aplicação da interpretação técnica ICPC 01 (R1). Para mais detalhes de base e alíquotas veja nota explicativa 11.

Veredas Transmissora de Eletricidade S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2020
(Em milhares de reais)

15. Instrumentos financeiros

Esta nota apresenta informações sobre a exposição da Companhia a cada um dos riscos a seguir mencionados, os objetivos da Companhia, os gerenciamentos de risco exercidos pela Companhia.

a) Gerenciamento de riscos

Visão geral a Companhia apresenta exposição aos seguintes riscos advindos do uso de instrumentos financeiros:

- (a) Risco de crédito.
- (b) Risco de mercado.
- (c) Risco operacional.

Estrutura de gerenciamento de risco - o gerenciamento de risco da Companhia visa identificar e analisar os riscos aos quais está exposta, para definir limites e controles de riscos apropriados e para monitorar riscos e aderência aos limites. A Companhia, por meio do gerenciamento de suas atividades, objetiva desenvolver um ambiente de controle disciplinado e construtivo, no qual todos os empregados entendam os seus papéis e obrigações.

A Administração acompanha o cumprimento do desenvolvimento de suas atividades de controle de riscos e revisa a adequação da estrutura de gerenciamento de risco em relação aos riscos enfrentados pela Companhia.

O gerenciamento de riscos é feito com base também no nível e no contexto dos grupos de controle dos acionistas da Companhia.

a.1) *Riscos de crédito*

É o risco de a Companhia incorrer em perdas decorrentes de um cliente ou de uma contraparte em um instrumento financeiro, oriundas da falha destes em cumprir com suas obrigações contratuais. O risco é basicamente proveniente das contas a receber de clientes, ativo financeiro e de instrumentos financeiros, conforme apresentado a seguir:

| | <u>31/12/2020</u> | <u>31/12/2019</u> |
|---|-------------------|-------------------|
| Ativos financeiros | | |
| Caixa e equivalentes de caixa (Nota 4) | 27.212 | 79.778 |
| Contas a receber - ativo de contrato (Nota 5) | 1.629.744 | 1.234.432 |
| | <u>1.656.956</u> | <u>1.314.210</u> |

Veredas Transmissora de Eletricidade S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2020
(Em milhares de reais)

15. Instrumentos financeiros--Continuação

a) Gerenciamento de riscos--Continuação

a.1) *Riscos de crédito*--Continuação

Caixa e equivalentes de caixa - Representado pelas contas correntes e aplicações financeiras de primeira linha, o que mitiga o risco que a contraparte falhe ao cumprir com suas obrigações.

Contas a receber - Ativo financeiro/Ativo Contratual - A Administração entende que não é necessária a contabilização de provisão para devedores duvidosos em relação aos seus clientes, considerando que o CUST, celebrado entre o ONS, as concessionárias de transmissão e o usuário, tem como um de seus objetivos: "Estabelecer os termos e as condições que irão regular a administração pelo ONS da cobrança e da liquidação dos encargos de uso da transmissão e a execução do sistema de garantias, atuando por conta e ordem das concessionárias de transmissão." São instrumentos financeiros que garantem o recebimento dos valores devidos pelos usuários às concessionárias de transmissão e ao ONS, pelos serviços prestados e discriminados no CUST: i) Contrato de Constituição de Garantia - CCG e ii) Carta de Fiança Bancária - CFB.

As principais vantagens desses mecanismos de proteção estão descritas a seguir:

- Riscos diluídos, pois todos os usuários pagam a todos os transmissores.
- As garantias financeiras são fornecidas individualmente pelos usuários.
- Negociações de pagamento são feitas diretamente entre transmissores e usuários.
- No caso de não pagamento, a Companhia, como agente de transmissão, poderá solicitar ao ONS o acionamento centralizado da garantia bancária do usuário relativa ao CCG ou à CFB.

a.2) *Risco de mercado*

A utilização de instrumentos financeiros, pela Companhia, tem como objetivo proteger seus ativos e passivos, minimizando a exposição a riscos de mercado, principalmente no que diz respeito às oscilações de taxas de juros, índices de preços e moedas.

Risco de taxa de juros - refere-se aos impactos nas taxas de juros variáveis sobre as receitas financeiras oriundas das aplicações financeiras.

Veredas Transmissora de Eletricidade S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2020
(Em milhares de reais)

15. Instrumentos financeiros--Continuação

a) Gerenciamento de riscos--Continuação

a.2) *Risco de mercado*--Continuação

Em 31 de dezembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019, o perfil dos instrumentos financeiros relevantes remunerados por juros variáveis da Companhia era:

| Instrumentos financeiros por indexador | 31/12/2020 | 31/12/2019 |
|--|------------|------------|
| Aplicações financeiras | | |
| CDI | 27.074 | 79.358 |

Análise de sensibilidade de taxa de juros variável - aplicações financeiras

A análise de sensibilidade foi determinada com base na exposição às taxas variáveis dos instrumentos financeiros em aberto no fim do período de relatório. A análise é preparada assumindo que o valor dos ativos a seguir esteve em aberto durante todo o período, ajustado com base na taxa CDI estimada para um cenário provável do comportamento do risco que, caso ocorra, pode gerar resultados adversos para a Companhia. O CDI utilizado para cálculo do cenário provável é referenciado por fonte externa independente, cenário este que é utilizado como base para a definição de dois cenários adicionais com deteriorações de 25% e 50% na variável de risco considerada (cenários A e B, respectivamente). Nos cálculos dos cenários foi considerada uma rentabilidade de 100% do CDI e as outras variáveis envolvidas em cada transação não foram alteradas para os cálculos a seguir.

- Fonte: a taxa utilizada no cenário provável foi estimada com base nas expectativas de mercado, conforme dados divulgados pelo BACEN.
- Com relação às aplicações financeiras, os cenários A e B consideram uma redução da taxa CDI em 25% e 50%, respectivamente, conforme abaixo:

| Operação | Exposição (R\$ mil) | Risco | Cenário provável (*) | -25% Cenário A | -50% Cenário B |
|---|---------------------|-------------------|-------------------------|----------------|----------------|
| Ativos Financeiros | | | | | |
| Aplicações financeiras | 27.074 | Queda da taxa CDI | 690 | 518 | 345 |
| Referência para ativos financeiros | | | Cenário provável | -25% | -50% |
| CDI % | | | 2,55% | 1,91% | 1,28% |

(*) Demonstra o resultado financeiro para os próximos três meses, considerando CDI médio estimado de 2,55% para o período, de acordo com a expectativa do mercado.

Veredas Transmissora de Eletricidade S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2020
(Em milhares de reais)

15. Instrumentos financeiros--Continuação

a) Gerenciamento de riscos--Continuação

a.2) *Risco de mercado*--Continuação

Análise de sensibilidade de taxa de juros variável - aplicações financeiras--Continuação

Com relação aos empréstimos e financiamentos, os cenários A e B consideram uma elevação da CDI em 25% e 50%, respectivamente.

| Operação | Exposição (R\$ mil) | Risco | Cenário provável (*) | 25% Cenário A | 50% Cenário B |
|---|------------------------|-----------------|-----------------------------|------------------|------------------|
| Passivos Financeiros | | | | | |
| Banco BNDES | 695.712 | Aumento da TJLP | 30.542 | 38.177 | 45.813 |
| Referência para passivos financeiros | | | Cenário provável | 25% | 50% |
| TJLP % | | | 4,39% | 5,49% | 6,59% |

(*) Demonstra o resultado financeiro para os próximos três meses, considerando TJLP médio estimado de 4,39% para o período, de acordo com a expectativa do mercado.

- Risco de inflação - A receita da Companhia é atualizada anualmente por índices de inflação. Em caso de deflação, as concessionárias terão suas receitas reduzidas. Em caso de repentino aumento da inflação, a Companhia poderia não ter as suas receitas ajustadas tempestivamente e, com isso, incorrer em impactos nos resultados.
- Risco de captação - A Companhia poderá enfrentar dificuldades na captação de recursos com custos e prazos de reembolso que sejam adequados ao seu perfil de geração de caixa e/ou suas obrigações de reembolso de dívida.

a.3) *Riscos operacionais*

Os riscos operacionais são aqueles inerentes à própria execução do negócio da Companhia e podem decorrer das decisões operacionais e de gestão da Companhia ou de fatores externos, tais como aqueles decorrentes de exigências legais e regulatórias e de padrões geralmente aceitos de comportamento empresarial.

Veredas Transmissora de Eletricidade S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2020
(Em milhares de reais)

15. Instrumentos financeiros--Continuação

a) Gerenciamento de riscos--Continuação

a.3) *Riscos operacionais*--Continuação

- Risco técnico - A infraestrutura da Companhia é dimensionada de acordo com orientações técnicas impostas por normas locais e internacionais. Ainda assim, algum evento de caso fortuito ou força maior pode causar impactos econômicos e financeiros maiores do que os previstos pelo projeto original. Nestes casos, os custos necessários para a realocação das instalações em condições de operação devem ser suportados pela Companhia, ainda que eventuais indisponibilidades de suas linhas de transmissão não gerem redução das receitas (Parcela Variável).
- Riscos regulatórios - A Companhia está sujeita à extensa legislação e regulação governamental emitida pelos seguintes órgãos: Ministério de Minas e Energia - MME, ANEEL, ONS e Ministério do Meio Ambiente.
- Risco de seguros - A Companhia contrata seguros de risco operacional e de responsabilidade civil para suas linhas de transmissão e subestações. A Companhia adota os critérios de contratação dos seguros de risco operacional e responsabilidade civil com o intuito de utilizar as melhores práticas adotadas por outras empresas representativas do setor, que consistem em segurar os equipamentos mais relevantes e significativos para a operação, mantendo-os com elevados níveis de segurança aos potenciais sinistros.

b) Categorias de instrumentos financeiros

| <u>Ativos financeiros</u> | <u>Categoria</u> |
|-------------------------------|-----------------------------------|
| Caixa e equivalentes de caixa | Valor justo por meio de resultado |
| <u>Passivos financeiros</u> | |
| Fornecedores | Custo amortizado |
| Empréstimos e financiamentos | Custo amortizado |

Em 31 de dezembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019, o valor de mercado dos ativos e passivos financeiros acima se aproxima do valor contábil.

Veredas Transmissora de Eletricidade S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2020
(Em milhares de reais)

15. Instrumentos financeiros--Continuação

b) Categorias de instrumentos financeiros--Continuação

Classificações contábeis e valores justos

No que tange ao cálculo dos valores justos, para os principais saldos sujeitos a variações entre os valores contábeis e valores justos, consideramos:

- Caixa equivalentes de caixa - contas correntes conforme posição dos extratos bancários e aplicações financeiras valorizadas pela taxa do CDI até a data da apresentação das demonstrações financeiras.
- Contas a receber - Ativo de Contrato - o ativo de contrato no início da concessão é mensurado ao valor justo e posteriormente mantido ao custo amortizado. No início de cada concessão, a taxa interna de retorno é calculada baseada no custo de capital próprio e está auferida através de componentes internos e de mercado.

A Companhia adotou a metodologia de apuração do valor justo do ativo de contrato, através do recálculo da taxa interna de retorno. Desta forma, o valor justo do ativo de contrato mantido pela Companhia foi determinado de acordo com modelo de precificação baseado em análise do fluxo de caixa descontado e utilizando a taxa interna de retorno. A taxa interna de retorno considera as condições do Leilão e dessa forma não sofre alteração pois a Companhia utiliza as premissas utilizadas no início da concessão. Os componentes considerados variáveis de mercado são a inflação americana e a taxa livre de risco, tendo sido esses atualizados com base nas informações disponíveis em 31 de dezembro de 2018. A Administração considera que os saldos contábeis aproximam-se dos seus valores justos.

- Empréstimos e financiamentos - a Companhia considera que os valores justos para os financiamento existentes no exercício são considerados próximos aos saldos contábeis, uma vez que não existem instrumentos similares, com vencimentos e taxa de juros comparáveis.

c) Hierarquia do valor justo

A Companhia usa a seguinte hierarquia para determinar e divulgar o valor justo dos instrumentos financeiros pela técnica de avaliação:

| Descritivo | 31/12/2020 | | | Total |
|--|---------------|----------|------------------|------------------|
| | Nível 1 | Nível 2 | Nível 3 | |
| Caixas e equivalentes de caixa (Nota 4) | 27.212 | - | - | 27.212 |
| Contas a receber ativo contratual (Nota 5) | - | - | 1.629.744 | 1.629.744 |
| Total | 27.212 | - | 1.629.744 | 1.656.956 |

Veredas Transmissora de Eletricidade S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2020
(Em milhares de reais)

15. Instrumentos financeiros--Continuação

c) Hierarquia do valor justo--Continuação

| Descritivo | 31/12/2019 | | | Total |
|--|---------------|----------|------------------|------------------|
| | Nível 1 | Nível 2 | Nível 3 | |
| Caixas e equivalentes de caixa (Nota 4) | 79.778 | - | - | 79.778 |
| Contas a receber ativo contratual (Nota 5) | - | - | 1.034.981 | 1.034.981 |
| Total | 79.778 | - | 1.034.981 | 1.114.759 |

Os ativos e passivos financeiros registrados a valor justo foram classificados e divulgados com os níveis a seguir:

- Nível 1 - Preços cotados não ajustados em mercados ativos para ativos e passivos e idênticos.
- Nível 2 - Inputs, exceto preços cotados, incluídos no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo (diretamente preços ou indiretamente derivado de preços).
- Nível 3 - Premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis).

16. Seguros

A Companhia tem a política de manter cobertura de seguros em montante adequado para cobrir possíveis riscos com sinistros, segundo a avaliação da Administração.

A especificação em 31 de dezembro de 2020 por modalidade de risco e data de vigência dos principais seguros, de acordo com os corretores de seguros contratados pela Companhia está demonstrado a seguir:

| Riscos | Data vigência | Importância segurada (R\$ mil) | Prêmio (R\$ mil) |
|---------------------------------|-------------------------|--------------------------------|------------------|
| Risco de engenharia | 28/10/2018 a 31/01/2021 | 150.000 | 264 |
| Risco de responsabilidade civil | 28/10/2018 a 31/01/2021 | 25.000 | 37 |

Veredas Transmissora de Eletricidade S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2020
(Em milhares de reais)

17. Compromissos assumidos

Contrato de EPC - Em 10 de fevereiro de 2017 a Cymi Construções e Participações S.A e a Brasil Energia Fundo de Investimento em Participações, celebraram contrato de empreitada de Materiais e Serviços por preço global, onde as contratadas assumem a implantação do projeto, do fornecimento da construção em regime de empreitada global (regime de EPC), do licenciamento ambiental, das desapropriações, das servidões e em geral, do conjunto de ações necessárias para início da operação comercial. Até o final do ano de 2020 a projeção de custos para o projeto é de R\$ 807.567 conforme quadro abaixo:

| | <u>Até</u> <u>31/12/2019</u> | <u>Até 2020</u> | <u>Total</u> |
|--------------|---------------------------------|-----------------|--------------|
| Contrato EPC | 702.311 | 105.256 | 807.567 |

18. Contingências

A Companhia é parte em demandas cíveis em andamento na esfera administrativa e judicial. As provisões para as perdas decorrentes dessas demandas são estimadas e atualizadas pela Companhia, amparada pela opinião de seus assessores jurídicos externos que não identificaram contingências passivas com prognóstico provável de perda. E processos judiciais com prognósticos de perda possível imateriais.

19. Eventos subsequentes

Aumento de capital

Em 1 de março de 2021, foi deliberado em AGE aumento de capital no montante de R\$16.200 mediante utilização de suas reservas de lucros, passando sua totalidade de capital de R\$153.001 para R\$169.201, com emissão de 16.200 ações ordinárias nominativas, com preço de emissão de R\$1 (um real) cada. O respectivo aporte foi proporcional a participação acionária de cada acionista conforme distribuição divulgada na Nota Explicativa 11 - Patrimônio Líquido.

Entrada em operação comercial

Em 3 de março de 2021 o projeto foi 100% energizado e disponibilizado para operação comercial, sendo obtido seus respectivos TLDs (Termos de Liberação Definitivos) em 9 de março de 2021 retroativos à data de sua disponibilização à operação comercial (3 de março de 2021).

Liberação de remanescente de subcrédito BNDES

Em 16 de março de 2021 foram liberados R\$41.000 remanescentes do contrato de financiamento de longo prazo BNDES, sendo 50% (R\$20.500) carimbados ao subcrédito A e 50% (R\$20.500) ao subcrédito B. Assim alcançando o total de disponibilização de crédito do contrato firmado junto ao BNDES.